



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações à Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra Gleisi Helena Hoffmann, sobre a sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Noronha.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Helena Hoffmann, sobre a tentativa de sabotar a sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Noronha.

Solicito que sejam encaminhadas:

- explicações do Secretário-Geral, Sr. Gilberto Carvalho, sobre os motivos para a elaboração do relatório paralelo e de quem partiu a ordem para a confecção do referido documento; e
- cópia do “**relatório paralelo**” sobre o caso, elaborado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, como tentativa de atenuar a conduta de Rosemary Noronha.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Há duas semanas, VEJA revelou as conclusões de uma sindicância do governo que investigou as traficâncias de Rosemary Noronha no período em que ela chefiava o escritório da Presidência da República em São Paulo. Coordenada pela Casa Civil, a apuração desvendou como a ex-funcionária usava a influência e a intimidade que desfrutava com o ex-presidente Lula para se locupletar do poder.

Ao fim de dois meses de trabalho, os técnicos reuniram provas que resultaram na abertura de um processo disciplinar contra ela por enriquecimento ilícito. A investigação chamou atenção pela celeridade, profundidade e contundência com que se esmiuçaram os malfeitos da ex-chefe de gabinete — um ponto fora da curva na tradição petista de poupar os companheiros pilhados em falcatrusas.

O desfecho, porém, não deveria ter sido esse. Desde o primeiro dia de investigações, forças poderosas dentro do próprio governo atuaram para impedir a sindicância de chegar ao fim. Essas forças tentaram, felizmente em vão, evitar que a sindicância terminasse da maneira como terminou.

VEJA teve acesso a um documento que mostra como a Secretaria-Geral da Presidência da República montou um processo paralelo com a falsa intenção de “acompanhar e orientar” a apuração da Casa Civil — mas que não passava de um ardiloso instrumento de sabotagem do trabalho de investigação.

Concluída no fim de janeiro, a sindicância da Casa Civil trouxe uma radiografia das delinquências de Rosemary entre 2007 e novembro de 2012, o período em que chefiou o escritório presidencial. O resultado da sindicância foi materializado num calhamaço de 120 páginas, depois de uma inusitada disputa dentro do Palácio do Planalto pelo controle da investigação, que começou em 26 de novembro do ano passado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nessa data, por determinação da presidente Dilma Rousseff, a Casa Civil abriu a sindicância para apurar as supostas irregularidades praticadas por Rosemary. No mesmo dia, a Coordenação-Geral de Correição (Coreg), órgão subordinado à Secretaria-Geral da Presidência, instaurou um processo “com vista a obter informações, acompanhar as apurações e orientar os órgãos envolvidos” na sindicância. Governo investigando a investigação do governo? Além de inusitado, o procedimento parecia estranho. E era.

A primeira investida da apuração da Secretaria-Geral foi contra a presidente da República. Os técnicos encaminharam ofício ao gabinete questionando Dilma Rousseff sobre a instauração da sindicância na Casa Civil, uma vez que Rosemary Noronha não era servidora daquela repartição e, portanto, a pasta não teria competência para investigá-la. A presidente desconfiou que havia algo esquisito ali. Foi informada por assessores de que o ministro Gilberto Carvalho, o chefe da Secretaria-Geral, amigo do ex-presidente Lula e colega de Rosemary, dera sinal verde para a apuração paralela — que seria conduzida como um procedimento burocrático normal.

A presidente manteve sua decisão de investigar o escândalo na Casa Civil. Uma segunda e mais contundente investida ocorreu no fim de dezembro. Depois de recolherem provas do envolvimento da ex-secretaria em irregularidades, os responsáveis pela sindicância na Casa Civil se preparavam para finalizar os trabalhos. **Foi quando chegou ao processo o documento resumindo as conclusões da investigação paralela promovida pela Secretaria-Geral, contendo uma série de ressalvas e advertências sobre o trabalho da comissão de sindicância.** Se para os técnicos da Casa Civil ainda havia alguma dúvida sobre as intenções do órgão vizinho, naquele momento ela se dissipou.

A ministra Gleisi Hoffmann encaminhou o relatório final à Controladoria-Geral da União, que abriu processo administrativo contra Rosemary Noronha. Procurada, a Secretaria-Geral disse que não tentou interferir nos rumos da investigação, não requereu documentos da sindicância nem usou de argumentos jurídicos para fragilizar a investigação contra Rosemary. O processo paralelo que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

foi aberto, segundo o órgão, nada mais é do que um "procedimento comum" de acompanhamento. Procedimento comum que, para os advogados de defesa de Rosemary, será suficiente para, no mínimo, questionar a legalidade da investigação e, no limite, pedir a anulação de tudo o que foi feito.

Deputado Rubens Bueno

Líder do PPS